

ATA

37ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

Mandato 2022-2025

Data de realização da reunião:	Horário:	Local:
22 e 23/08/2023	Das 09h00 às 19h00	Auditório IPHAN - DF

Participantes

Nome	Representação	Contato (e-mail de contato oficial):
Roberta Cristina Martins	Poder Público/Titular - Secretaria dos Comitês de Cultura/MinC	roberta.martins@cultura.gov.br
Márcia Rollemberg	Poder Público/Titular - Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural	marcia.rollemberg@cultura.gov.br
Sebastião Soares	Poder Público/ Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural	Sebastiao.soares@cultura.gov.br
Karen Fonseca Lose	Poder Público/Suplente – Secretaria de Direitos Autorais (SDAI)	karen.lose@cultura.gov.br
Ana Cristina Maltez	Poder Público/Confederação Nacional de Municípios (CNM)	cultura@cnm.org.br
Christiane Ramirez	Poder Público/Suplente-Confederação Nacional de Municípios	cultura@cnm.org.br
Mariana Braga	Poder Público/Assessora de Participação Social e Diversidade/MinC	mariana.braga@cultura.gov.br
Letícia Schwarz	Poder Público/ Subsecretaria de Gestão Estratégica/SGE/MinC	leticiaschwarz@cultura.gov.br
Amauri Teixeira	Poder Público/Assessor Parlamentar/MinC	amauri.teixeira@cultura.gov.br
Teresa Cristina Rocha Azevedo	Poder Público/ Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural/MinC	teresa.oliveira@cultura.gov.br
Desirée Ramos Tozi	Poder Público/ Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	desiree.tozi@iphan.gov.br
Sonia Regina Rampim Florêncio	Poder Público/ Suplente - Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)	sonia.rampim@museus.gov.br
Laís Santos de Almeida	Poder Público/Suplente - Fundação Nacional de Arte/Funarte	presidencia@funarte.gov.br
Rodrigo Antonio da Silva	Poder Público/Secretaria de Audiovisual/SAV	agendasav@cultura.gov.br
Patrícia Laundry Mollo Vieira	Poder Público/Ministério da Educação	patricia.mollo@mec.br

Thiago Leandro Rocha	Poder Público/Diretor DAST/SCC/MinC	thiago.rocha@cultura.gov.br
Pedro Vasconcellos	Poder Público/ Diretor DAG/SCC/MinC	pedro.vasconcellos@cultura.gov.br
Lindivaldo Junior Afro	Poder Público/ Diretor DSNC/SCC	lindivaldo.junior@cultura.gov.br
Carmen Brígida Negrão	Sociedade Civil/ Titular - Expressões artísticas - Rede da Fotografia	carmenbrigida@gmail.com
Mônica Maia	Sociedade Civil/ Suplente - Expressões artísticas - Rede da Fotografia	monicamaia.doc@gmail.com
Luís Antonio Torelli	Sociedade Civil /Titular - Câmara Brasileira do Livro	torelli@trilhaeducacional.com.br
Adriana Dutra Mendes	Sociedade Civil/Suplente/ Serviço Social do Comércio - SESC	admendes@sesc.com.br
Maurício Cândido da Silva	Sociedade Civil/Suplente - Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/ICOM	maumal@usp.br
Gilcéia de Lurdes Souza	Sociedade Civil/Suplente - Cultura Popular	gilceiasouza@gmail.com
Fabrcio Noronha	Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura dos Estados (Virtual)	gabinete@secult.es.gov.br
Gabriel Portella	Fórum dos Secretários e Gestores da Cultura das Capitais e Municípios Associados (Virtual)	gab.smc@pbhl.gov.br
Aryanne Ribeiro	Sociedade Civil/Suplente Região Sudeste (virtual)	aryanneribeiro@gmail.com
José Facury	Sociedade Civil/Suplente Região Sudeste (virtual)	joséfacuryheluy@gmail.com
Nivaldo Jorge da Silva	Sociedade Civil/Suplente - Região Nordeste (virtual)	nivaldojorge7@gmail.com
Osvaldo Junior Xukuru	Sociedade Civil/Suplente - Culturas Indígenas	xukurusemidh@gmail.com
Daiara TuKano	Sociedade Civil/Titular - Culturas Indígenas (virtual)	daiaratukano@gmail.com
Geová Alves da Silva	Sociedade Civil/Culturas Afro-Brasileiras	geovasilva@gmail.com
Elson Silva da Rocha	Sociedade Civil/Titular - Região Norte	elsonrocha@gmail.com
Lucimar Bezerra Marques	Sociedade Civil/Titular - Região Norte	lucimar.culturapopular@gmail.com
André Luis Rocha Santos	Sociedade Civil/Titular - Região Nordeste	maestroandrerocha@gmail.com
Ednilton Barreto	Sociedade Civil/Titular - Região Nordeste	shaolinbarreto1@gmail.com
Luiz Felipe Vitelli Peixoto	Sociedade Civil/Suplente - Região Centro-Oeste	felipevitelli@gmail.com

Fernanda Barbosa Adão	Sociedade Civil/Titular - Região Centro-Oeste	fbarbosa.adao@gmail.com
João Michel Daniel Ferreira	Sociedade Civil/Titular - Região Sudeste	mferrabbiamo@gmail.com
Thaynã Fernandes Araujo Paes	Sociedade Civil/Titular - Região Sudeste	paesthayna@gmail.com
Paulo Leônidas de Barros	Sociedade Civil/ Titular - Região Sul	pauloleonidas@gmail.com
Claudia Queiroz	Sociedade Civil/Suplente - Região Centro-Oeste (virtual)	claudia.mqueiroz@gmail.com
Jacqueline Custódio	Sociedade Civil/Titular - Região Sul	jacquecustodio@gmail.com

Pauta acatada na Reunião

22/08/2023

09h00 - recepção e abertura

10h00 - Informes MinC – Editais, CNIC, Circula MinC, ações das secretarias

14h00 - Apresentação da participação social na Cultura – Thiago Rocha/DAST/SCC , Mariana Braga/APSD, Pedro Vasconcellos /DAG/SCC

15h30 – Plano Nacional de Cultura - SGE

16h30 - Informes sobre a participação dos conselheiros no Fórum Interconselhos para o PPA Participativo

17h30 – Discussão de pontos da 4ª Conferência Nacional de Cultura

18h30 - Encerramento

23/08/2023

09h00 – Recepção

09h30 – Pauta legislativa – Assessor Parlamentar Amauri Teixeira

09h30 - Grupos de Trabalho – 4ª CNC – Coordenação Executiva Nacional

Grupo de reestruturação do CNPC (instalação do GT)

14h00 - Avaliação dos Grupos de Trabalho (breve sistematização)

15h00 - Plenária de resultados

16h00 - Encaminhamentos

17h30 - Encerramento

Relato dos assuntos tratados na Reunião

Quem falou sobre determinado ponto de pauta e o conteúdo da fala, objetivamente, em cada tópico expressar do que se trata a fala, se é uma reclamação, sugestão, orientação, justificativa, complementação, encaminhamento e/ou argumentação;

A Secretária Roberta Martins e coordenadora da reunião cumprimenta a todos e procede a verificação de quórum em lista de presença com identificação dos Conselheiros e suplentes presentes, bem como os virtuais. Sugere ainda que tenha na composição da mesa, uma pessoa da sociedade civil, voluntária, para dividir a condução dos trabalhos. **A Conselheira Fernanda Adão, representante da Região Centro-Oeste**, passa a fazer parte da condução da reunião à mesa. **O Diretor do Sistema Nacional de Cultura Lindivaldo Junior** inicia a pactuação da pauta encaminhada anteriormente, via ofício aos Conselheiros para aprovação. **A Diretora Teresa Cristina da Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural (SEFIC)** fala da retomada do processo do estabelecimento das políticas culturais, num processo de parcerias com algumas instituições no sentido de dar um processo de capilarização à captação de recursos, via lei de incentivos fiscais. A SEFIC tem atuado junto às empresas estatais, no sentido de induzir a aproximação de patrocinadores dessas populações, ou destes produtores, ou destes territórios, onde a Lei Rouanet era apenas algo que não tinha perspectiva. Informa o lançamento do edital para Região Norte, parcerias e patrocínios da Petrobras, BB, CEF, BNDES e CORREIOS e do edital de Territórios de Favela, um projeto modelo; o Edital de Festas Literárias, parceria com o BB, que impulsiona o circuito de festas literárias no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A SEFIC tem a missão de reestruturar e fortalecer o Fundo Nacional da Cultura, a partir da execução da Lei Paulo Gustavo e da Lei Aldir Blanc, dentro do processo do Fundo Nacional da Cultura.

O Diretor Sebastião Soares, da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), representando a Secretária Marcia Rollemberg, fala sobre o lançamento do edital Sergio Mambert, contemplado com Prêmio de Culturas Populares, Prêmio da Diversidade Cultural, Prêmio Cultura Viva e Prêmio Culturas indígenas. A SCDC retoma outras políticas, desde a criação de uma Política Nacional para os Mestres e Mestras das Culturas Tradicionais Populares, como também parcerias com MEC/SECADI/SEFLI e SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica, no intuito de criar uma titulação dos Mestres e Mestras como título de notório saber. **A Conselheira Desirée Tozi do IPHAN** informa sobre o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e sobre o edital de Educação Patrimonial, bastante amplo de gênero, identidade racial, gestão urbana e culturas periféricas. Futuramente, deverá ser lançado um programa de patrimônio e mudanças climáticas. **O Representante Rodrigo Antônio da Silva da SAV**, informa que o audiovisual pretende fazer um reconhecimento das diferentes formas de fazer e pensar o audiovisual no Brasil. Foi lançado o edital Ruth de Souza para longa que está em etapa de avaliação. Informa sobre o edital de núcleos criativos e o lançamento do programa de curtas da Secretaria de Audiovisual (SAV), é um processo de retomada de editais, entendendo que foi feita ampliação de realizadores negros, realizadores indígenas e todos os editais com políticas de cotas para negros, indígenas e critérios de indução de Pessoas com Deficiência (PCDs). **A Secretária Roberta Martins**, fala com relação aos Comitês de Cultura, instâncias da Sociedade Civil com a atribuição de estabelecer relações e articulações de instituições. A perspectiva é de lançar até setembro dois editais, o primeiro de chamada dos Agentes Culturais Territoriais e o segundo dos Comitês de Cultura. Informa sobre a nova atribuição da SCC com a retomada da política de cultura digital na fala do Coordenador Xauí Azevedo/SCC, um reencontro da política de Cultura Digital do MinC, sempre protagonista neste processo das Políticas de Cultura Digital em torno da educação tecnológica. A parceria será com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). **A Conselheira Laís Almeida**, informa sobre um primeiro conjunto de entregas da nova gestão, chamado de “Funarte Retomada”, com um conjunto de editais, basicamente mecanismos setoriais para as 5 linguagens artísticas que estão no escopo da Funarte: artes visuais, circo, dança, música e teatro. Informa sobre o Prêmio Funarte Mestres e Mestras das Artes, sobre o edital Bolsa Funarte de Mobilidade Artística e sobre o programa chamado Funarte Aberta, a democratização dos espaços que são da Funarte no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. **A Secretária Roberta Martins**, ressalta o esforço de compreender a multiplicidade de ações que tem sido lançada pelo MinC e a Secretaria dos Comitês de Cultura (SCC), de fazer chegar as informações. Desenvolvemos uma metodologia, ainda não aplicada totalmente, de informações das secretarias do MinC e das casas vinculadas IPHAN, IBRAM, FCP e FRB e FBN para que nos encaminhem as questões que estão sendo construídas, editais ou propostas, para uma Agenda Nacional da Cultura que seja compartilhada com informações relativas a todas as secretarias/MinC. **A**

Conselheira Sonia Rampim, informa sobre o edital Pontos de Memória, bem como sobre o Encontro de Educação Museal e que a Primavera dos Museus, cujo tema é Memórias e Democracias, pessoas LGBTQIAP+, Indígenas e Quilombolas, é uma programação dos museus brasileiros importante para trazer o tema da democracia. Divulga o 8º Fórum Nacional de Museus será realizado em Fortaleza, no próximo ano. **A Secretária Roberta Martins**, respeitando o tempo, sugere uma breve rodada de inscrições. **A Conselheira Gilcéia Souza** questiona a SEFIC, se os Conselheiros da Sociedade Civil, que não tem rendimentos e são voluntários, terão a oportunidade de avaliar como pareceristas e ter uma remuneração. **A Secretária Roberta Martins** propõe uma chamada de reunião explicativa de pareceristas do MinC para uma discussão mais profunda e qualificada; **O Conselheiro Thayná Paes**, fala sobre a importância de fazer com que a Lei Rouanet seja mais democrática na questão das empresas públicas, que possam dar uma atenção especial para culturas populares tradicionais, para os mestres, para o patrimônio imaterial, porque se as empresas públicas, em âmbito nacional, abraçarem as culturas populares, os interiores, os quilombos, os indígenas, de fato, a Lei Rouanet realmente será democrática. Ao IPHAN pergunta como está o processo de registro de reisados e congados e enfatiza que a retomada da Funarte seja um programa contínuo, colocando também a preocupação com os circos de lona. **A Conselheira Cláudia Queiroz**, fala em relação a avaliação dos editais do MinC, dos editais dos pareceristas inclusive lançados recentemente pela Ancine e pela própria Secretaria de Audiovisual (SAV). **A Conselheira Carmen Negrão**, informa que juntamente com Paulo Leônidas e o Maestro André, estarão no Fórum Interconselhos. Reforça sobre a preocupação com a regulamentação da questão do IA e da regulamentação digital, ressaltando a importância de começar a trazer este discurso para o Conselho.

O Conselheiro Geová Alves da Silva, informa ser uma pergunta transversal às demais secretarias: a “Década dos Afrodescendentes”, o que pensa o MinC sobre este tema, pois Brasil não avançou em nada, é preocupante o Brasil estar fora dessa discussão da “Década dos Afrodescendentes”. **O Conselheiro Junior Xukuru**, representando também a cultura dos povos indígenas, a APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, informa preocupação para debater e pede ajuda de como pensar para que este Conselho possa também se reunir com representantes destes 305 povos indígenas como um todo. **O Conselheiro André Luiz Rocha Santos**, questiona a Funarte, levando em consideração as bandas de música, que são centenárias. Os editais de retomada são muito importantes, mas as bandas de música não conseguem acessar e precisam de um edital específico. Enfatiza a fala da Conselheira Gilcéia sobre pareceristas. **O Conselheiro Luis Antonio Torelli**, relata que o MinC teve dois projetos muito importantes, no passado, que foram descontinuados. Primeiro, o vale-cultura e segundo um Programa de Mediadores de Leitura, indaga se estão dentro da reformulação, também fazer uma proposta de levar os povos indígenas para a bienal de São Paulo. **O Conselheiro Elson Silva da Rocha**, fala em relação aos Fundos de Cultura, sugerindo a criação de um Fundo de Captação dentro do Governo Federal responsável por fazer a captação junto às empresas. Lembra também, que esse momento é histórico, porque é o Dia Nacional do Folclore e dialogamos sobre cultura. **A Conselheira Daiara Tukano**, que o acesso a fomento das culturas indígenas traz uma série de desafios, na questão de acessibilidade dos editais, inclusive seus prazos, quando se fala das culturas indígenas. É um desafio conseguir acompanhar os editais do MinC e não apenas do MinC, fazer uma mobilização de comunicação para dentro das comunidades indígenas para que os parentes possam se organizar e inscrever seus projetos, tem grupos que não vão ter CEP, endereço ou CNPJ organizado, ou seja, o desafio é a questão burocrática. **O Conselheiro José Facury** fala sobre a questão da paridade, que é importante, mas desigual e injusta, é o momento de discutir a formação de um Conselho Nacional que seja exemplo de representatividade da Sociedade Civil.

A Conselheira Karen Fonseca, informa que estão empenhados em retomar as relações internacionais. Os acordos e tratados que falam sobre direitos autorais são construídos internacionalmente através da OMPI - Organização Mundial de Propriedade Intelectual – que é um braço da ONU, e trata da propriedade intelectual. Além disso, agora com uma luta na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com o PL das fake news, para garantir a

remuneração dos artistas pelas plataformas, isso depende da construção de acordos, obviamente, um trabalho difícil, porque se lida com plataformas enormes. Estamos operando na atualização das Instruções Normativas para que as associações de gestão coletiva dos direitos autorais possam ter essa instrução atualizada para que o trabalho de fiscalização e de gestão coletiva possa ocorrer de forma correta, e a questão da Inteligência artificial e do digital será o próximo embate. **A Secretária Roberta Martins**, inicia a tarde, informando a dinâmica com Thiago Leandro, Diretor de Assistência Técnica para Estados, Distrito Federal e Municípios (DAST/SCC) que liderou o processo da adesão dos municípios a Lei Paulo Gustavo e na condução da Lei Aldir Blanc; **Assessora Mariana Braga da Secretaria de Participação Social e Diversidade (APSD)** e **Pedro Vasconcellos/Diretor de Articulação e Governança (DAG/SCC)** que lidera o processo de construção dos Comitês de Cultura.

Diretor Thiago Rocha DAST/SCC, informa que tem por missão um diálogo mais próximo com os Gestores, principalmente municipais, com a Confederação Nacional de Municípios, o Fórum de Secretários Estaduais, Fórum de Secretários Municipais. Informa a adesão recorde na Lei Paulo Gustavo, ressaltando que a LPG acabou numa perspectiva muito emergencial, no âmbito da diretoria, participando de uma série de diálogos, lives e plenárias. Foi uma adesão recorde de 98%. Informa o novo desafio que é a Lei Aldir Blanc 2, a Política Nacional Aldir Blanc, então em nome da diretoria, seguindo a linha da secretária Roberta, da Ministra Margareth, do secretário Marcio reforçar que este Conselho tem que ter um papel e terá essa abertura de dialogar sobre esta construção da regulamentação da Política Nacional Aldir Blanc. **Assessora Mariana Braga – Assessora da Secretaria de Participação Social e Diversidade (SPSD)**, um dos pontos centrais é a participação digital, comunicação em rede, como os canais de comunicação do governo de participação social vão servir para, de fato, chegar aonde precisa chegar, tanto para construção da política pública, quanto os próprios serviços, projetos e fomentos. Os Conselhos são estruturantes, recompor e reativar estes Conselhos, vários foram extintos, desarticulados, alterados, ou permaneceram com a participação social bastante restrita, então existe uma tarefa de se repensar a partir dessa ótica de transformação da participação social. O Conselho precisa acompanhar todos os processos, incorporar e propor outras formas de fazer, para que a gente consiga de fato abarcar e chegar nos lugares onde não conseguimos chegar. Outra dimensão é a Educação Popular, as pessoas precisam retomar uma confiança neste processo de construção, retomar o exercício da própria cidadania. Na cultura, temos a participação social bastante enraizada, representada dentro da Secretaria dos Comitês de Cultura, porque a participação social e a diversidade vai transversalizar não só os espaços de Conselhos, de Fóruns, mas todas as ações, todas as políticas do MinC, não só a Secretaria dos Comitês, todos os espaços para que se compreenda a centralidade, de que forma a participação social possa ser melhor inserida, qual momento deste fluxo e de que forma, são tarefas a serem pensadas ao longo deste processo. Uma das principais críticas, demandas e desafios que temos, é de fato fazer com que isso impacte dentro do orçamento, dentro do planejamento, que as demandas sejam, de fato, encaminhadas e que se transforme em políticas públicas, que se possa acompanhar. **A Conselheira Secretária Marcia Rollemberg**, vale ressaltar que a participação social é fundamental em qualquer política que é realmente pública. Fala sobre o Cultura Viva, esse movimento de retomada é fundamental, que se trabalhe toda essa governança que prevê a Comissão Nacional de Pontos de Cultura, as Comissões Estaduais, a Comissão de Gestores. Os Pontões foram pensados dentro de uma lógica de participação social. **O Diretor Pedro Vasconcellos DAG/SCC**, fala da expectativa da sociedade civil em relação ao Programa dos Comitês, que certamente estará articulado com o conjunto de iniciativas que o MinC vai desenvolver no território nacional. O programa vai desenvolver uma estratégia de territorialização das políticas culturais, portanto, é um programa que articula no território as políticas culturais do Ministério da Cultura, em toda sua transversalidade, em todas as áreas, todo o sistema MinC. Os escritórios estaduais do MinC são espaços institucionais, de representação, de articulação federativa, de presença institucional do Ministério em cada uma das 27 Unidades da Federação, vão ter equipes de 6 a 8 pessoas, são equipes pequenas e por isso eles têm um papel mais de articulação federativa de colher as demandas do MinC na ponta e de articular as ações que o MinC desenvolve lá na ponta também. O Sistema

Nacional de Cultura é um grande desafio deste Ministério, mas também é importante que o Ministério crie sua estrutura de relação direta com a sociedade, na ponta em todas as 508 microrregiões do país. Essa é a abrangência territorial que vai ter o programa, numa seleção, via MROSC, de uma rede de 27 entidades, que estamos chamando de entidades mães e teremos parceria com os Institutos Federais. O outro braço do programa são os Agentes Territoriais de Cultura. O programa dos Comitês respeita essa divisão geográfica do IBGE, ou seja, em cada uma das 508 microrregiões tem que ter pelo menos um agente territorial de cultura, que vai estar vinculado a esta rede de OSCs, que vai estar vinculada ao escritório, que vai estar vinculada a Brasília, então é um processo de distribuição de presença no território para mobilização social, com vários cursos de formação de agentes, ações de comunicação e obviamente de participação social. **O Conselheiro Junior Xukuru**, questiona qual a probabilidade de o indígena ter, dentro do MinC, algum tipo de assessoria indígena, um indígena assessor, para que possa fazer o trabalho, enquanto CNPC, é preciso alguém no MinC que possa informar e fazer da melhor forma. **O Conselheiro Luiz Vitelli**, na questão dos Pontos de Cultura destaca as dificuldades, na questão de alcançar o maior número possível, porque no entorno, uma população totalmente órfã e mal adotada pelo DF e órfã do Estado do Goiás, ver a possibilidade atingir o entorno, além do limite do DF. **O Conselheiro Thayná Paes**, em relação aos Pontos de Cultura, que a certificação da Fundação Palmares, seja atrelada a uma certificação de pontos de cultura. Em relação a Lei Aldir Blanc, que este Conselho participe das discussões da Lei Aldir Blanc, saber quando que o Conselho vai começar a participar da construção da LAB2, como está essa previsão de participação do CNPC na regulamentação da LAB2. **A Conselheira Gilcéia Souza**, com relação ao Programa dos Comitês, questiona quem vai poder fazer parte e como será feita essa participação, bem como se os conselheiros nacionais poderão ser agentes territoriais. **O Conselheiro Geová Silva**, questiona a assessoria de participação social quando fala da diversidade, da cultura transversal, sobre a cultura da saúde, a fitoterapia, as ervas para a cura. Na cultura alimentar, sobre dos pratos tradicionais, seria bastante oportuno debater e discutir pelos povos tradicionais. **O Conselheiro Ednilton Barreto (Shaolin)**, sobre o acompanhamento da regulamentação da LAB2, propõe no mínimo 3 reuniões, no início, meio e fim do processo. **A Conselheira Fernanda Adão**, destaca a respeito de instrução normativa específica para monitoramento, transparência, avaliação dos resultados, no que tange a participação social, ou seja, conselheiros municipais, regionais, territoriais, sem definição porque o decreto é extremamente técnico, é preciso trazer essa abordagem didática, comunicacional. Com relação a políticas afirmativas, esse tema de inclusão de acessibilidade a questão de como disponibilizar editais com relação a Lei Paulo Gustavo para indígenas que não falam português, sem previsão, questiona se haverá uma outra iniciativa para contemplar, porque não adianta trazer espaços para pessoas negras e indígenas, se essas pessoas não conseguem nem entender o que está sendo exposto. **A Conselheira Daiara Tukano**, on-line, sugere ter um pontão específico voltado para região da Amazonia e outro para toda essa parte do litoral, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste onde tem muitas demandas. Destaca que políticas culturais para povos indígenas também constituem políticas de reparação com relação a graves e constantes violações de direitos humanos cometidas contra as nossas populações, vendo a dificuldade que vai ser dialogar até com algumas gestões de Estados, gestores, prefeitos, governadores que são declaradamente anti-indígenas, é preciso ter apoio de um acompanhamento do MinC e de uma assessoria indígena para poder articular todas essas questões dentro do MinC, não apenas com relação aos editais, mas também outras instituições de cultura como o IPHAN e o IBRAM. Seguindo a ordem das devolutivas: **A Conselheira Secretária Marcia Rollemberg – SCDC**, ressalta três princípios de política que não tem como abrir mão: informação, educação e comunicação, qualquer política pública passa por estes três itens. De fato, há uma lacuna de comunicação real, o que a SCDC sempre faz é se articular com as instituições, aos grupos indígenas e a outros campos da diversidade. Ter um assessor indígena no MinC, como ter grupos da diversidade, é uma demanda que depende de cargos para construir uma equipe mais diversa. Na fala do **Conselheiro Luis Vitelli**, reforça que justamente porque os instrumentos são equivocados que a política evoluiu e acredita que o Cultura Viva tem que ter um conjunto de instrumentos, não pode só ter o termo de compromisso, não pode ter

só prêmio, só bolsa, tem que ter outras coisas e temos que pensar nisso. A PNAB traz uma porta que não se tinha aberto antes, que é o subsídio continuado de espaços culturais, é a novidade que a lei traz. A questão da certificação, essa discussão também tem dez anos, vamos avançar, também com a cultura indígena, bens imateriais também nessa linha. Diversidade e saúde, estamos em parceria com Ministério da Saúde e comunidades tradicionais bem como no Programa de Combate à Fome. **O Diretor Pedro Vasconcellos/DAG/SCC**, ressalta a pertinência das preocupações colocadas. Sobre a questão indígena, várias áreas do MinC estão discutindo estratégias de articulação e mobilização para o acesso da população indígena à Lei Paulo Gustavo. **A Conselheira Naini Terena**, está envolvida nessa estratégia, tem um grupo de trabalho que está trabalhando nessa perspectiva. Quando este Programa dos Comitês tiver implantado, entendemos que vamos ter um braço para fazer esta articulação no território, e poderão ter agentes indígenas sim, com certeza, em regiões do país aonde a maioria da população é indígena como no Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, a região do Oiapoque, no Amapá, ou seja esses representantes tem que estar também fazendo essa ponte. Igualmente o entorno do Distrito Federal, uma região onde estão os maiores índices de violência, então que tanto o Comitê Goiás, quanto Comitê DF, terão que pensar nestas articulações territoriais e contamos com vocês para nos apoiar nesse mapeamento das demandas, que a gente sabe, é enorme e tem um déficit e uma defasagem incrível também. **O Diretor Thiago Rocha DAST/SCC**, faz um registro de memória para contextualizar o que foi o primeiro semestre, todo mundo se reestruturando, o próprio CNPC veio a ser formalizado em abril, o decreto da Lei Paulo Gustavo saiu em maio e no final de abril já estava na Casa Civil. Foi feito um processo de diálogo amplo. Foram 60 audiências virtuais, foram mais de vinte pessoas escutadas, em cada uma dessas tinha Confederação Nacional de Municípios, reunimos várias vezes, Fórum de Secretários Estaduais, municipais, mas, de fato, a gente sempre pode melhorar. Então, para LAB2 podemos encaminhar um encontro específico pois queremos muito fazer esse processo coletivamente. **A assessora Mariana Braga (APSD)**, ressalta que a cultura que é transversal a tudo e a todas as políticas públicas. Quando falamos de ações afirmativas, temos a possibilidade de estabelecer cota para pessoas negras, editais específicos com temáticas das culturas negras, serve para culturas indígenas e para uma série de outros exemplos. A Palmares lançou o “Saberes e Sabores” que tem foco na cultura alimentar. Estivemos na Conferência Nacional de Saúde, a cultura alimentar e a saúde são bem ilustrativas. A cultura tem uma contribuição muito grande para uma série de problemas sociais que são enfrentados pela humanidade, a gente compreende isso, a capacidade do Ministério da Cultura em priorizar tudo isso, é o nosso desafio. As ações afirmativas são uma estratégia para conseguir proteger e difundir estes saberes e valorizar. Sobre a questão da linguagem, a Instrução Normativa até tenta começar esse diálogo, porque a IN das ações afirmativas é hoje muito mais pedagógica e de diálogo com os Estados e Municípios. É o início de um processo de implementação de ações afirmativas com uma capilaridade que nenhuma outra política pública fez na história do Brasil, é um processo que precisaremos aprender ao longo dele, coletando dados e aprimorando. Conseguimos incluir um capítulo sobre os procedimentos simplificados, que traz a necessidade da busca ativa e a inscrição e as propostas em outras línguas também, a possibilidade de inscrições orais, mas a gente ainda não consegue trazer uma obrigatoriedade aos estados e municípios, esse é um horizonte que a gente mira e temos que construir coletivamente. **O Conselheiro Junior Xukuru**, quanto a questão linguística, tem uma grande parceria com a Universidade de Brasília (UnB), o LALLI que é o Laboratório de Línguas e Literatura Indígenas. Outro ponto importante é que possamos também visar a questão como um todo, LGBTQIA+ das comunidades indígenas, trazendo assim a cultura dos povos, e se descobrindo, culturalmente falando. Precisamos ter essas pessoas inseridas nestas questões de projetos e editais, especificando LGBTQIA+ indígenas. **A Conselheira Laís Almeida**, informa ter agora uma diretora indígena, uma diretoria colegiada que pela primeira vez tem um diretor indígena, que pela primeira vez é majoritariamente negra, que pela primeira vez é majoritariamente formado por mulheres, esse é um primeiro passo dentro da instituição para construir. Existe a possibilidade de apresentação e justificativa do projeto, plano de trabalho, através de vídeo, em quaisquer línguas, contanto que tenha algum tipo de tradução para o português, pode ser língua brasileira de sinais, línguas

indígenas, enfim são processos. **A Conselheira Fernanda Adão**, recupera uma solicitação de encaminhamento por parte do Conselheiro Ednilton Barreto (Shaolin) com relação a LAB2 sobre a regulamentação, ou seja, uma reunião sobre como será feito o planejamento no início, outra reunião no meio para acompanhar esse processo e outra reunião no final para entender como foi tudo realizado. **A Secretária Roberta Martins** esclarece que em tese, que o processo já começou; foi preciso, por exemplo, publicar o grupo de trabalho do MinC para começar a discutir, porque precisava ser estabelecido o GT formalmente, tem que ter uma motivação. Se puder ser esse o encaminhamento, assumimos o compromisso em nome do Ministério. É fundamental o estabelecimento de um plano de trabalho que coloque a lógica do acompanhamento com painel de monitoramento de dados e um painel de monitoramento do que está acontecendo, então diria que é mais eficaz, do ponto de vista da construção e do processo do acompanhamento, tanto da Lei Paulo Gustavo quanto posteriormente da Lei Aldir Blanc do que dizer que é um órgão fiscalizador. Esta é a compreensão, que consigamos fazer conversas bilaterais fazendo o encaminhamento. **A Secretária Roberta Martins** inicia junto ao Conselho o processo de revisão do Plano Nacional de Cultura, com a parceria da Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE) do MinC, a Subsecretária Leticia Schwartz e a Miriam Araujo (SGE/MinC). Leticia fala então do papel da Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE), que não é de articulação, nem da interface com sociedade civil e nem com setores federativos, é uma área meio. É muito importante enfatizar que o Plano Nacional de Cultura, não é um Plano Federal de Cultura, ele não é um Plano do MinC e foi construído assim. Por outro lado, o que se faz é o monitoramento das metas do Plano Nacional de Cultura. O acompanhamento real das metas, das ações e tudo o que envolve o dia a dia do plano mesmo, deve ser acompanhado pela sociedade civil, pelos entes federados, tem que criar mecanismos onde esses vasos se comuniquem. O que se faz no monitoramento é, quase um ano posterior às ações, verificar e alimentar um painel, para subsidiar ações futuras e avaliações. O dia a dia de cada uma das ações devem ser acompanhados por todas as instâncias possíveis, em todos os níveis da Federação. Dando continuidade, a Subsecretária faz a apresentação sobre o Plano Nacional de Cultura, em tela. **A Conselheira Carmen Negrão**, resume o que foi o último encontro do Interconselhos. Neste trabalho, todas as metas que foram elencadas na plataforma do PPA, foram discutidas em cada um dos setoriais, dos Direitos Humanos, Participação Social, Agricultura familiar e Cultura. No momento da Cultura, elegeu-se as metas que eram propostas de políticas públicas, então nos deu uma noção muito grande das dificuldades que se enfrenta em cada um desses setoriais e como chegar num ponto em comum. Resumindo, as propostas mais votadas dentro da cultura 1) uma política nacional para o Cultura Viva, pontos de cultura, ligada a meta 23 do PNC e que queria destinar 0,2% da LoA do ano para implementar a Lei; 2) Cultura, Arte, Tecnologia, Inclusão digital, Diversidade, Acessibilidade, Sustentabilidade territorial 3) alcançar 2% do orçamento federal.

Nada mais havendo a tratar a Secretária Roberta Martins declara encerrada o primeiro dia de reunião as 18h45m. 23/08/2023 - A secretária Roberta Martins em continuidade ao segundo dia da 37ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), cumprimenta a todos e informa ouvir no primeiro momento o assessor parlamentar do MinC, Amauri Teixeira, entendendo que a cultura tem uma pauta legislativa ampla e importante, de extrema importância que este Conselho se aproprie desta pauta na construção do plano de trabalho. O assessor parlamentar Amauri cumprimenta a todos e agradece o convite. O assessor informa sobre pautas importantes e projetos legislativos que são estruturantes para o Sistema Nacional de Cultura como a regulamentação do SNC, Lei de cota de tela no cinema e Lei de cota de tela nas TVs fechadas, Lei de Mestres e Mestras, Marco Regulatório do Fomento, Lei do GOD, Lei dos direitos autorais, estes são os principais projetos em andamento. É importante que os Conselheiros de cada Estado acompanhem as votações, vejam quem são os deputados que influem na matéria, quem é o relator, e os Conselheiros a partir de seu Estado, de sua região, devem interferir em defesa da cultura. Os Conselheiros têm papel determinante pela expressão representativa, é importante que quando um projeto estiver na mão de um deputado da Bahia, os representantes da Bahia cheguem neles, claro que se todos chegarem é uma soma. **A Secretária Roberta Martins**, inicia os agradecimentos ao assessor e faz um encaminhamento com relação a pauta legislativa relativa à cultura, pedindo à equipe que

faça um compilado dos trabalhos junto com a ASPAR para entrega de informações para o conjunto do Conselho Nacional de Política Cultural. A Conselheira Secretária Marcia Rollemberg, complementa que tanto a situação das leis como das emendas é um acompanhamento importante. Gerar um boletim com a agenda MinC facilita a comunicação e o Conselho merece essa atenção, que se agregue no boletim inicial dos editais e ações do MinC mais estas duas informações, não fazer separado, colocando a pauta legislativa e o encaminhamento e acompanhamento das emendas do MinC. **A Secretária Roberta sugeriu que a Coordenadora do Sistema Nacional de Cultura, Lucileine Souza**, pode nos ajudar a agregar essas informações e assim a gente vai rompendo essa barreira da dificuldade de comunicação e acesso a informações que são vitais para o movimento social. A Secretária agradece a presença do assessor parlamentar, juntos somaremos nesta empreitada tendo essa relação com o movimento da cultura agregado ao Congresso Nacional. O assessor faz uma referência e comunica que o Senador Flávio Arns perdeu um filho, sugere ao Conselho fazer uma manifestação de pesar. A Secretária Roberta Martins, faz menção a Mãe Bernardete da mesma forma. **A Diretora Teresa Cristina/SEFIC** relata sobre o MICBR, Mercado de Indústrias Criativas Brasileiras, um mercado de aproximação de negócios, empreendimentos criativos, que vem se realizando no sentido de fazer aproximação entre pessoas, empreendedores, empresas, que atuam no campo da economia criativa no sentido de realizar parcerias. O terceiro MICBR que vai acontecer entre os dias 08 e 12 de novembro/23, em Belém do Pará, tem sido um esforço muito grande no sentido de levar o maior número de parceiros e de agentes, para que se faça uma grande reconexão destes processos. de trabalhar com estes mercados de aproximação é também uma maneira de ativar outros processos relacionados, uma maneira de emergir, a ideia é que se faça isso dessa forma. **Carmem Negrão, Expressões Artísticas** se manifesta destacando um entendimento, que não são todas as expressões, todos os segmentos que seria esse mercado. Em resposta a Carmen, esclarece que primeiramente, tem uma questão de assimetria de maturidade, existe um esforço do MinC no sentido de ir buscar aqueles que não se sentiram estimulados a participar disso, é uma questão que precisa se amadurecida. O intuito não é mercantilizar nada, não é sobrepor, nada disso, mas a ideia é que se possa estabelecer relações de trabalho e de parceria, a partir da vontade de parceiros. **O Conselheiro Junior Xucuru**, destaca a importância do empreendedorismo indígena, temos uma editora de vídeo, a Urubá Filme, temos artesanatos, renda, renascença, palhas, e nessa perspectiva cultural do empreendedorismo, questiona onde entra os povos indígenas. Teresa esclarece que quando se coloca trazer para dentro daqueles que estão inviabilizados, é fazer um esforço proativo, no sentido de reconhecer o protagonismo de quem é de fato empreendedor, existe uma preocupação até no processo de seleção das pessoas que vão participar destes mercados, que se faça esse reconhecimento da população, seja indígena, seja de outras características como protagonista, como agente, não como beneficiário. A secretária Roberta releva o esforço do MinC de incorporar esse tipo de necessidade enxergando a cultura como promotora do desenvolvimento econômico. **A Conselheira Secretária Marcia Rollemberg**, fala do Mercosul Cultural na perspectiva da internacionalização da cultura. Destaca complementando essa preocupação colocada com relação ao MICBR, há um esforço neste sentido, inclusive, os mais mobilizados geralmente são os que vão realmente ocupando os espaços, por exemplo, o Hip Hop, já está presente no nosso MICBR, mas esse é um campo de discussão inclusive junto a convenção da diversidade. Destaca o seminário virtual do Mercosul no dia 13 de setembro próximo e uma proposta do Peru que é fazer o **Mercosul Sem Racismo**. A Secretária Roberta Martins, informa que já tem a lista qualificada de todos os participantes. **O Conselheiro Ednilton Barreto (Shaolin)**, apresenta uma formulação em nome de alguns conselheiros, para que se faça o debate, e num segundo momento a construção do processo de definição do novo cronograma seja realizando a Conferência Nacional de Cultura neste ano ou no ano 2024 e como questão de ordem não iniciar novamente o debate que foi feito, somente a deliberação. Como primeira pactuação, caso delibere pela prorrogação que não haverá uma outra prorrogação, seria uma deliberação final. A segunda pactuação são alguns compromissos: primeiro é um compromisso do Ministério, da publicação dos materiais no prazo de 10 dias, ; uma reunião com os Fóruns dos Secretários Estaduais também dentro dos dez dias e deliberar

que os novos prazos estabelecidos aqui, serão repassados aos Municípios; a terceira seria ter uma ampla participação dos Estados e também do MinC junto ao CNPC para que não pare nenhum processo, que estimule as conferências livres, que tenha uma grande mobilização nacional e a quarta e última, seria a publicação, também neste prazo de dez dias, dando nome as pessoas que fazem parte da coordenação executiva e também da organizadora da Conferência Nacional de Cultura. **A Conselheira Carmem** questiona quais são os Secretários de Cultura, quais são os Estados que estão querendo de fato essa mudança, e concorda com essa pactuação. **O Conselheiro Fabrício Noronha** - Presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais, esclarece que a proposta surgiu no Encontro de Gestores na reunião integrada do Fórum Nacional de Secretários Estaduais e no Fórum das Capitais e Municípios Associados, foi uma programação dentro do evento e alguns secretários colocaram isso, esclareci que seria preciso levar ao Conselho. Na roda de debate, vimos ser uma questão mais generalizada, sentindo mesmo uma dificuldade de adesão, uma insegurança dos gestores na metodologia e a necessidade de mais tempo para que essas orientações cheguem. Fabrício também acata a proposta do Ednilton Barreto (Shaolin), no sentido de uma co-responsabilização. São os Fóruns no seu papel de mobilização capilar dos secretários, temos a Confederação Nacional de Municípios (CNM) para mobilizar mais a realização das conferências municipais com uma maior adesão para que tenhamos conferências estaduais fortalecidas e chegar com bastante representatividade na nacional. **A Conselheira Jaqueline Custódio**, informa que apoia a proposta do Conselheiro Ednilton Barreto (Shaolin). **O Conselheiro Elson Rocha**, concorda com a proposta do Conselheiro Ednilton Barreto (Shaolin), somente acrescenta que seja adicionado, da publicação de dez dias, o prazo para os Municípios e Estados para publicação dos editais, convocatória e regimento. **O Conselheiro Luis Vitelli**, esclarece que a proposta do Conselheiro Ednilton Barreto (Shaolin) contempla em boa parte das falas. Então, que tudo seja publicado com antecipação, fazemos nosso trabalho de representar o Centro-Oeste e não estamos tendo diálogo com os outros estados MT, MS e Goiás. **A Conselheira Gilceia Souza** defende que prorrogar para o ano que vem, não vai dar qualidade e não vai dar quantidade e ainda insiste em saber quais Estados e Municípios solicitaram. **O Conselheiro Fabrício Noronha**, esclarece entender que no conjunto da situação, da aplicação da lei, é um processo coletivo de um colegiado que ganhou muita maturidade nos últimos anos, inclusive no processo de construção dessas leis e no processo de diálogo com a sociedade civil, através das entidades e das redes que dialoga diretamente, foi uma discussão que saiu de uma reunião com aproximadamente 50 pessoas representando diversos municípios no Fórum das Capitais e Municípios Associados e 22 secretários Estaduais presentes nesta agenda bastante qualificada e grande. **O Conselheiro Ednilton Barreto (Shaolim)**, traz uma questão de ordem, as falas têm que ser direcionadas a proposições, se alguém quer acrescentar ou discordar, ou trazer outro encaminhamento de resolução, mas a discussão já foi feita. **A Conselheira Fernanda Adão**, em contribuição complementar à proposta: Que todos os Estados e Municípios sejam oficializados pelo MinC até 31/08, para que publiquem suas comissões organizadoras e agendem suas conferências de acordo com a realidade e capacidade de seu território, com prazo de retorno de datas de publicações de comissões organizadoras e conferências estaduais até no máximo 08/09; que o documento base e os anais da 3ª Conferência Nacional de Cultura estejam disponíveis até 31/08 no site da 4ªCNC; que seja construído e implementado um plano de comunicação específico para povos indígenas, PCDs e zonas periféricas para execução por meio de parcerias com canais de comunicação de alta abrangência, rádios, TVs e redes sociais com comunicação direcionada para cego ver e janelas de libras, com legenda em ambientes de TV e redes sociais; painel de monitoramento e controle da CNC, modelo da LPG, com integração junto aos conselhos estaduais e municipais existentes para registro das conferências que estão sendo executadas nos territórios, livres, municipais, intermunicipais, regionais, territoriais, encontros setoriais e conferências temáticas; que seja aberto na página da 4ªCNC, um canal ou campo específico de audiência pública durante o período de execução das etapas da 4ª CNC contendo perguntas quantitativas objetivas para que a comunidade cultural e os cidadãos do país possam registrar sua avaliação dos processos que estão sendo executados em seu município para que por meio de ferramentas como o Power-bi os resultados possam alimentar

o painel de monitoramento e controle da CNC, para que possam acompanhar e intervir em pontos críticos. Por fim, que seja disponibilizado um painel na página da 4ªCNC um ambiente para registro manual ou automatizado de propostas das conferências pelas comissões organizadoras nos territórios, nestes termos com possibilidade de atualização das datas que acabo de ler, me manifesto como favorável a prorrogação da 4ªCNC. Fernanda Adão vai colocar no chat do teams e mediante estes termos fundamentais de comunicação e integração para que a gente consiga mensurar a capilaridade da prorrogação deste prazo, que a gente consiga fazer em tempo real junto aos municípios e que a gente não dependa das informações dos Estados para poder acompanhar o desenvolvimento da conferência, me manifesto favorável à prorrogação. **O Conselheiro Thayná Paes** indaga a possibilidade com o Conselheiro Fabricio Noronha no sentido de o Fórum pactuar que todos os conselheiros estaduais possam estar presentes na Conferência Nacional de Cultura (CNC), se o Fórum já tem algum planejamento no sentido de fortalecimento dessa mobilização. **A Conselheira Ana Maltez**, se manifesta contemplada com a proposta do conselheiro Ednilton Barreto (Shaolin), entendendo ser relevante a questão de o MinC oficial os Municípios dentro desse processo. É muito importante para os municípios compreenderem a grandeza deste momento e do comprometimento com relação a efetivação da conferência. A Confederação Nacional de Municípios (CNM), na área da cultura, está elaborando uma cartilha justamente para chamar os municípios, só podemos fazer isso, depois de uma chamada oficial. **O Conselheiro Gabriel Portela**, está de acordo com as propostas que foram feitas pois trazem uma materialidade importante para os debates. **A Conselheira Lucimar Marques**, manifesta ser contra a prorrogação da 4ªCNC, então que o Fórum dos Municípios Associados e não Associados, a Confederação Nacional dos Municípios realmente faça essa articulação com a sociedade civil, se articulem, se organizem. Essa conferência já foi adiada ano passado e agora de novo será adiada, mas que seja igual o Programa Luz Para Todos, que chegue lá na cabeceira, lá nas pontas realmente. **O Conselheiro Junior Xucuru**, ressalta não ser contra o adiamento para março, porém, a preocupação é que é ano eleitoral, as máquinas trabalhando para política, é fato, principalmente, algumas cidades totalmente antiíndígenas, com a Conselheira Daiara Tukano, começar a percorrer os territórios, são sete dias de barco para ir e sete dias para voltar, tem lugar que não pega internet, nem telefone. **O Conselheiro Pai Geová** aqui não me represento, que fique bem claro, a fala não é minha, se fosse o voto meu pessoal, eu estaria mudando, mas o voto não é meu, é do coletivo pelo qual represento. **O Conselheiro Mauricio Silva**, em nome do Comitê Brasileiro de Museus (ICOM), entendemos que a demanda apresentada é absolutamente justificável, tem apoio deste governo, o qual merece todo nosso crédito e a partir da proposta fica a recomendação de apontar qual seria a nova data da 4ª Conferência Nacional de Cultura. **A Conselheira Daiara Tukano**, on-line, se manifesta favorável a ter mais tempo para organizar a conferência, mas acha interessante pedir ao MinC, um manual para a organização das conferências livres para indígenas quilombolas e comunidades tradicionais numa linguagem mais acessível e um esclarecimento para os Estados e Municípios facilitarem o acesso as conferências, que como colocamos aqui por diversas ocasiões a nossa dificuldade maior é chegar é conseguir reunir as bases. **A Secretária Roberta Martins**, especificamente a Secretaria de Comitês de Cultura (SCC) reconhece junto ao Conselho a necessidade de reconduzir os processos de condução da conferência, herdamos uma consultoria do governo anterior e confiamos que seria suficiente para fazer essa condução, nós lançamos ao nosso principal desafio no primeiro momento de instalação no MinC que era a Lei Paulo Gustavo. A equipe foi essencial para que tivéssemos 98% de adesão dos Municípios. A avaliação do conjunto é realmente estabelecer aqui a verdade, estou muito mais voltada ao processo da conferência, como dirigente do MinC, junto com Junior Afro e Daniel Saman, então consigo dizer que se consegue fazer uma avaliação ainda hoje e consultar as questões que dependem da TI e formulação de designer de programas. **A Secretária Roberta Martins faz alguns esclarecimentos:** 1) primeiro uma prorrogação única, isso é um compromisso nosso; 2) nossos compromissos com os materiais orientadores, a gente reconstruir os materiais orientadores, acho que ainda não são o suficiente do ponto de vista da liberação, então, este prazo de dez dias é ótimo, porque a gente precisa estabelecer uma metodologia de consulta sobre os materiais liberados e isso é

fundamental para que adense o grau de confiança que temos, e passa a ser um prazo do CNPC e do MinC para liberação dos documentos para que a gente realmente estabeleça isso como uma norma, se é um protocolo que deve ser colocado, se são instrumentos da Conferência precisam ser pactuado sempre por nós; 3) reunião com os Fóruns para serem cumpridos e repassados para os Municípios, acho que tem duas questões aqui, em relação ao MinC a gente vai oficial novamente todos os Municípios, subindo no SEI as convocatórias com as novas datas e um pequeno texto explicativo do porquê e qual a intencionalidade da 4ª CNC para que a gente coloque no horizonte o que é este momento político da cultura brasileira, qual a importância da realização da quarta Conferência e divido qual será o teor do documento; 4) estimular as conferências livres vai ser fundamental, elas adensam em discurso, temos que fazer uma recondução de método e pode ser por dentro da mobilização da própria Conferência onde a gente estabelece lacunas e necessidades de novas discussões que não aparecem neste corpo que a gente estabeleceu, para as discussões da Conferência, são fundamentais em especial nas estratégias em relação a pauta indígena, mas não só coloco as questões da cultura tradicional, é fundamental que a gente estabeleça uma nova forma de colher estas informações que podem ser multiplicadas pelo país, é preciso que a gente estimule; 5) publicação das Portarias com as comissões, sim, são duas comissões importantes e estruturantes do processo, é fundamental que a gente faça; 6) Gilceia, não sei quais são os secretários que pediram a prorrogação, o Fabricio representa o Fórum, foi uma proposição consensuada desta reunião, então compreendo e me permito colocar um pouco da minha interpretação da reunião que não estive, mas tive relatos, tinha gente da minha equipe, que foram 22 secretários, então temos um retrato bastante significativo do país, e a gente tem que fazer um convencimento de alguns secretários para recompor processos como democratização das políticas culturais, acho que não se trata só da conferência quando a gente está falando de secretários estaduais, a própria leitura da LPG que não tem a ver com o ponto discutido, tem tudo a ver com o processo de consolidação do Sistema Nacional de Cultura e a gente vai ter oportunidade depois de fazer uma avaliação sobre isso. 7) Elson, concordo que é importante que a gente aponte uma data para que as pessoas cumpram a publicação dos editais, só que preciso também dizer que a posição do Ministério da Cultura não é uma posição punitiva, é uma posição pedagógica, é uma posição de convencimento de que estes editais sejam prorrogados, posso falar isso em nome do Ministério, é importante que a gente não tenha uma sanção em relação a publicação dos editais. É importante que a gente faça e esse pleno ter e acho que é alvo da maturidade política em qualquer ministério, em qualquer condução de política pública que a gente parta para o convencimento, que é um convencimento também da base, concordo e acho que não deva ser nada punitivo; 8) A memória do 3ª CNC temos que deixá-la mais clara, os processos comunicacionais dos governos são muito falhos porque não são simples, é preciso que estabeleça, especificamente, (Mukaila) que tenha isso em mente e retomar o que foi construído da 3ª CNC e diria do PNC também, tem que fazer uma versão simplificada para poder ler e poder ter apropriação de qual importância disso; a gente tem o painel de monitoramento do PNC que é ótimo, já agregando isso a proposta; 9) Reatividade de conferências livres (Fernanda e Shaolim); 10) contribuir para que os conselheiros façam contatos com outros; a nova notificação do MinC é importante; 11) Thainã, Conselheiros estaduais na Conferência Nacional, a gente já fez uma previsão, que está prevista ali, ela representa dois conselheiros estaduais na Conferência Nacional como delegados natos, se a gente amplia, a gente tem muitos delegados natos e diminui a quantidade de delegados tirados na base, gostaria de fazer este debate no qualitativo, acho que a gente tem que manter, possibilitar a vinda de outros conselheiros que sejam importantes nos Estados para participar da Conferência, mas a nossa prioridade tem que ser minimamente manter a quantidade de delegados tirados na base, se a gente aumenta muito a quantidade de natos a gente tem mais dificuldades, e só uma correção em relação ao que você colocou, a gente pode ter oportunidade de dialogar e fazer o encaminhamento ao final; 12) O Plano de mobilização, acho que está bastante robusto, é coordenado entre as três diretorias da SCC/MinC, mas está sendo adensado; 13) Painel de dados é quase um mantra para gente, conseguir estabelecer painéis de dados, porque são dados abertos, é controle público, controle social que traz pra gente o compromisso de

conseguir fazer nas realizações das conferências, é importante ter no nosso horizonte e obvio a gente assume esse compromisso; 14) faltaram os elementos para construção dos próximos passos, a chamada oficial e as novas orientações, a gente vai corrigir, estou entendendo que é dentro deste prazo, se a gente conseguir cumprir antes, mas para que nos dê um respiro, um fôlego para que a gente construa realmente um documento bastante solido, o documento está pronto, falta os elementos para construção, oficial os municípios, preocupação com as cidades; 15) Junior, a gente não consegue ter resposta para isso, eu acho que a gente junto com o MPI e a secretaria que conduz a discussão da pauta indígena, a SCDC, a gente precisa fazer uma discussão especifica sobre conduções das políticas culturais, a partir da pauta indígena, e sei que a SCDC vai tocar e estaremos juntos obvio no que diz respeito ao nosso compromisso do MinC é inequívoco e inquestionável; 16) manual para organização específica para as comunidades indígenas, sim, mobilização de espaços para as comunidades indígenas que as absorvam nesse processo da conferência, acho que precisa ser considerado, precisamos construir esse processo; em relação as propostas que a Fernanda trouxe, se concordar, podemos encaminhar no final.

A Secretária Márcia Rollemberg, ressalta o que a Conselheira Gilcéia levantou, uma questão dentro do comprometimento dessa pactuação no Fórum Estadual, a questão dos orçamentos, sabe que os orçamentos todos são comprometidos, tem o deslocamento para conferência, do comprometimento dos orçamentos estaduais que sejam empenhados para garantir essa viabilidade da necessidade de deslocamento, acho que o mesmo reforço das conferências livres deve ser dado às conferências temáticas, que são as conferências setoriais e acho que uma recomendação, que as conferências livres subsidiem na medida do possível esse alinhamento dos debates para as conferências temáticas, porque essas é que vão gerar documentos, senão a conferência livre fica sem um elo mais político, e acho que todo processo que está colocado para as comunidades indígenas deve ser colocado da mesma forma para as comunidades tradicionais. **A Conselheira Fernanda Adão**, conduz sobre a deliberação do pleno sobre a definição da data da 4ª CNC na primeira semana de março de 04 a 08, então entra em regime de votação. Foram apresentadas pactuações com relação a documentação, comunicação, diálogo e sistematização dos dados relacionados a 4ª Conferência Nacional de Cultura. Mediante o exposto e correções, foi concluída a lista com 24 conselheiros favoráveis, 4 manifestações contrárias e 2 ausências. Dando continuidade aos trabalhos da tarde a **Secretaria Roberta Martins**, informa não haver pendências, e o Conselheiro Fabricio Noronha faz uma solicitação ao plenário que os prazos das Conferências Estaduais sejam até **08 de dezembro**. **A Secretária Roberta Martins** informa que a Ministra Margareth endossa o mesmo encaminhamento. Seguindo, a missão agora será a divisão em dois grupos: um grupo discute e encaminha as questões da Conferência Nacional Cultura e outro será o grupo de reestruturação/reformulação do Conselho Nacional de Política Cultural. Dando continuidade, a **Secretária Roberta Martins** consulta seguir diretamente para os encaminhamentos, e por final algumas moções de aplauso de celebração da vida e pela justiça para Mãe Bernadete, fazer um registro no CNPC numa mensagem de condolências ao Senador Flavio Arns, e todos de acordo. **A Secretária Roberta** sugere encaminhamentos, leitura do grupo de trabalho em relação a estruturação do CNPC e pelo avançar da hora, se todos concordarem, agendar uma reunião extraordinária específica para que possa debater e contribuir com os resultados que o GT vier a ler e apresentar. **O Conselheiro Thainã**, relator do GT, relata que foi uma reunião com bastante diálogo e participações que somaram demais. Todos concordaram que a reestruturação não vai ser a retomada do que era, mas se inspirar no modelo antigo, tendo em vista as questões governamentais, mudanças na estrutura do próprio MinC, no tempo e na sociedade de maneira geral, então tiramos a criação de um repositório num drive/teams com a disponibilização dos materiais para leitura, as legislações e decretos e até literaturas, então que tratam essa temática do CNPC até 25/08 de criar esse drive e disponibilizar para todos os conselheiros, em seguida a leitura desse material na primeira quinzena de setembro junto com encontro virtual. Foi sugerido uma palestra/seminário com a Lia Calabre, especialista em políticas culturais para poder somar o entendimento na questão da estrutura do CNPC, outro momento será conversas com outros conselhos nacionais, no sentido de tentar aprender um pouco suas expertises na área de saúde, educação, assistência social e ouvir suas experiencias. Em seguida também troca com os Conselhos Estaduais de Cultura/Conecta para entender seus formatos. Em novembro, temos a 38ª Reunião Ordinária do CNPC e já teremos essa leitura e diálogos nossa

estrutura. Para coordenar, o Conselheira Thainã. Participaram do grupo Poder Público, Roberta Martins e Tião Soares e da Sociedade Civil. Os Conselheiros Luís Felipe Vitelli, Joao Michel, Lucimar e Mestre Gavião, (representado pela Conselheira Gilcéia). **O Conselheiro Ednilton Barreto (Shaolim)**, entende que é importante tratar o Conselho de forma oficial, os documentos precisam ser tratados através de ofício/e-mail protocolados, com maior seriedade e que o Minc responda da mesma forma, vai contribuir muito para o diálogo. **A Conselheira Fernanda Adão** sobre o encaminhamento da ata da última reunião, inclusive manifestações foram colocadas que algumas pessoas não foram contempladas em suas solicitações como encaminhamento. **A Secretária Roberta** diz que é preciso refazer a metodologia da construção da ata, por isso faço essa intervenção, colocamos Flavia como ponto focal na construção das atas do CNPC, é muito importante que a gente tenha um conselheiro por vez para o acompanhamento da construção da ata, senão ela só é uma narrativa a partir do Ministério no seu processo de construção, e deve ser construída com um pouco mais de rigor. Encaminha que a gente faça essa leitura das atas e recomponha para saber quais foram os caminhos do CNPC. **O Conselheiro Fabricio Noronha**, se posicionou e propôs que o período das Conferências Estaduais aconteça até **08 de novembro**, o que foi contextualizado também pela Ministra de Estado, sem prejuízo das outras datas. **A Conselheira Fernanda Adão** atualiza e relata o calendário. A proposta vinculada a prorrogação data das conferências estaduais com data limite até 08 de dezembro de 2023, os conselheiros que concordam, que se manifestem levantando a mão por gentileza, (20) por unanimidade, o ajuste de data das Conferências Estaduais está validado pelo plenário ficando então as seguintes datas pactuadas nesta reunião de trabalho ordinária: **Conferências Municipais, intermunicipais, regionais com data limite de execução até 30 de outubro de 2023; Conferências Estaduais, Temáticas e Encontros Setoriais com data limite até 08 de dezembro de 2023 e a 4ª Conferência Nacional de Cultura de 04 a 08 de março de 2024.** A Secretária Roberta Martins comunica que precisa dos nomes das pessoas que vão participar do lançamento do Edital de Pontos de Cultura, até amanhã de manhã para fazer o encaminhamento da ida dos ponteiros. **A Secretária Roberta Martins**, manifesta sua gratidão e expressa sua alegria, foi realmente a nossa inauguração como Conselho Nacional de Política Cultural, mostrou unidade, mostrou maturidade na condução das políticas, conseguimos fazer discussões de conteúdo de uma maneira madura, apontando para a construção de políticas do tamanho que é este Conselho, que foi tão maltratado assim como todas as instâncias de participação social no país, nos últimos anos, mas que renasce à luz do que representa o Presidente Lula, acho que é muito importante que a gente faça esse registro, a gente se recompõe na história deste Conselho, como Conselho maduro, orgânico e do tamanho que ele é, acho que temos uma jornada muito grande para torná-lo maior, mais representativo, que represente melhor a multiplicidade e a diversidade da cultura brasileira, mas a gente começa com um bom caminho e acho que foi muito importante a decisão deste Conselho de ter a maturidade de observar que o mais importante para nós neste período, é incorporar outros setores com a potencialidade que eles tem na contribuição do processo da construção do processo da conferência, é ouvir outras vozes, possibilitar ter tempo para maturar a oitiva dessas vozes para que ela se traduzam em políticas em diretrizes e num novo Plano Nacional de Cultura, acho que é fundamental mas isso tudo tem uma tradução que é a gente aqui ter o compromisso das políticas culturais chegarem a ponta, chegarem aos mais pobres e serem efetivamente parte do processo do desenvolvimento humano, social, cidadão e econômico deste país, que afeta as pessoas, as vezes, eu olho conselhos e discussões, as pessoas se prendem a coisas tão distantes da realidade que a gente precisa alterar, a gente tem a função como servidor público, conselheiro que se propôs a estar aqui, de enxergar o Brasil precisando se redescobrir através da cultura. A ministra Carmem Lucia disse no Encontro Nacional de Gestores, ela coloca uma coisa que é fundamental, que é preciso culturalizar a democracia, ela sintetiza de uma maneira muito própria esse momento que a gente está falando aqui, ao atacarem a democracia brasileira a cultura foi um instrumento, teve política cultural, então ela sintetiza como poucas vezes eu vi, um momento político brasileiro e a trajetória que a gente tem neste país em relação as políticas culturais construídas. Agora é isso, vamos para cima, vamos conseguir construir uma belíssima Conferência e conseguir construir belíssimas Conferências municipais, estaduais, livres e temáticas. A secretária Roberta agradece a mesa, aos conselheiros, aos participantes de outras secretarias e toda sua equipe da Secretaria dos Comitês de Cultura, vamos fazer um bom

trabalho é para isso que a Ministra Margareth depositou a confiança na gente. **Nada mais havendo a tratar, a secretária Roberta Martins encerra e agradece a presença de todos e encerra a reunião as 19h.**

A Conselheira Fernanda Adão, cita indicações da sociedade civil para participação no lançamento dos editais de pontos de cultura, em Recife: Conselheiro Pai Geová, Conselheiro Mestre Gavião e Conselheiro Geziel.

A Conselheira Gilcéia sugere que, em relação aos três nomes, sugere que o Conselheiro Geziel renuncie a sua vaga para Conselheiro Vitelli, que é do centro-oeste, e não participa em nada de representação pelo Conselho. Fernanda informa que o Conselheiro Geziel não está presente e nenhum de nós temos condições de deliberar sobre isso aqui e podemos colocar como encaminhamento: Definir as diretrizes de escalabilidade das indicações da sociedade civil e que seja alinhado com a equipe administrativa que nos dá suporte no MinC.

Conselheiro João Michel informa aos colegas, que amanhã, de forma extraordinária, inaugura em uma cidade com menos de 10mil habitantes a primeira sala de cinema do Brasil em uma cidade que se chama Tumiritinga.

A Conselheira Lucimar, faz um agradecimento a todos que hoje realmente foi uma reunião de Conselho, que seria bom que a ministra estivesse presente em alguma reunião do Conselho. Fernanda agradece ao Mário do Iphan responsável pelo chat e registrar em ata que o chat/teams ficou indisponível para algumas pessoas para que a gente possa se preparar num outro momento nestas situações de reunião híbrida.

A Conselheira Laís informa que a Funarte está circulando no Brasil, hoje em Salvador, 29 em Cuiabá, 31 em Fortaleza e 02/09 em Macapá.

O Conselheiro Vitelli / A Conselheira Daiara e o Conselheiro Mestre Geová fechando com a reza de saudação e agradecimento a todos.

O que foi definido como encaminhamento?

- 1) uma chamada de reunião explicativa de pareceristas do MinC para uma discussão mais profunda e qualificada;
- 2) Agenda Nacional da Cultura - Informações de todas as secretarias do MinC e as vinculadas; Secretária Márcia pede a inclusão de informes do Mercosul na compilação de informações de agendas MinC
- 3) que a equipe SCC que faça um compilado com a ASPAR para entrega de boletim informativo, situação das leis e emendas e a pauta legislativa para o conjunto do CNPC. A Coordenadora do Sistema Nacional de Cultura, Luci Souza, agregará essas informações;
- 4) que todos os Estados e Municípios sejam oficializados pelo MinC até 31/08, para que publiquem suas comissões organizadoras e agendem suas conferências de acordo com a realidade e capacidade de seu território, com prazo de retorno de datas de publicações de comissões organizadoras e conferências estaduais até no máximo 08/09;
- 5) que o documento base e os anais da 3ª Conferência Nacional de Cultura estejam disponíveis até 31/08 no site da 4ªCNC;
- 6) que seja construído e implementado um plano de comunicação específico para povos indígenas, PCDs e zonas periféricas para execução por meio de parcerias com canais de comunicação de alta abrangência, rádios, TVs e redes sociais com comunicação direcionada para cego ver e janelas de libra, com legenda em ambientes de TV e redes sociais;
- 7) painel de monitoramento e controle da CNC, com integração junto aos conselhos estaduais e municipais para registro das conferências que estão sendo executadas nos territórios, livres, municipais, intermunicipais, regionais, territoriais, encontros setoriais e conferências temáticas;
- 8) que seja aberto na página da 4CNC, um canal ou campo específico de audiência pública durante o período de execução das etapas da 4ª CNC contendo perguntas quantitativas objetivas para que a comunidade cultural e os cidadãos do país possam registrar sua avaliação dos processos que estão sendo executados em seu município para que por meio de ferramentas como o Power-bi os resultados possam alimentar o painel de monitoramento e controle da CNC
- 9) que seja disponibilizado um painel na página da 4ªCNC para registro manual ou automatizado de propostas das conferências pelas comissões organizadoras nos territórios;
- 10) CNPC se articular sobre a possibilidade de audiência pública no Senado;
- 11) Calendário da reunião CNPC e da executiva da Conferência;
- 12) CNPC articular a proposta de realizar debates sobre registros e tombamentos;
- 13) debate sobre sustentabilidade de povos tradicionais
- 14) debate sobre o Mercosul Cultural
- 15) Apresentar a OEI ao Conselho;
- 16) Confederação Nacional de Municípios de apoio para elaborar a cartilha
- 17) discussão específica sobre povos indígenas e PCDs no Conselho

- 18) informes sobre a organização dos agentes territoriais/metodologia;
- 19) Conselho fazer uma manifestação de pesar ao Flavio Arns e a Mãe Bernardete da mesma forma;
- 20) Definir as diretrizes de escalabilidade das indicações da sociedade civil.

Próximas agendas

Pauta:	Data:	Horário:	Local:
Detalhar o (s) ponto de pauta da reunião		Colocar horário se foi pactuado ou turno se ainda não há horário definido.	Se reunião presencial endereço, se web, detalhar plataforma.

Transcrição

Transcrição da reunião bruta para consulta: [Ata da 37ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural - 30-10-23 \(1\).docx](#)

Nome	Função	Contato (e-mail de contato oficial):
Flávia Castro	Coordenadora CNPC	flavia.castro@cultura.gov.br